

COMO E POR QUE RENOVAR A DIDÁTICA DA
LÍNGUA MATERNA

*Alba Olmi**

* Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul.

SIGNO, Santa Cruz do Sul, FISC, v.14, n920, p.43-52, abr.1989

INTRODUÇÃO

O artigo de Lo Cascio "PARA UMA RENOVACÃO DA LÍNGUA MATERNA" (Lo Cascio, 1978, apud PROSPETTIVE SULLA LINGUA MADRE) se apresenta como mais uma importante contribuição para esta premente e sempre atual problemática. Através de uma aguda observação científica a respeito das mudanças políticas e ideológicas ocorridas na sociedade de hoje, o autor nos alerta sobre a necessidade de uma nova consciência quanto à força que a língua possui como elemento de expressão, comunicação, equilíbrio psíquico e como instrumento de luta social. Assim sendo, qualquer atitude em relação à língua comportará uma escolha política, e as considerações que passaremos a examinar conduzem à necessidade de repensar, rever, atualizar e finalmente adequar tanto a práxis como também as teorias didáticas, para uma educação lingüística eficiente e não castrante ou, na melhor das hipóteses, segregante.

A seguir, analisaremos, com o autor, a filosofia política da Escola, as realidades sociolingüísticas do aprendiz, a necessidade de considerar essas realidades e de respeitá-las; a importância de uma educação lingüística capaz de instrumentalizar de fato o aprendiz para a sua inserção social, para o seu aprimoramento intelectual e, não último, para o desenvolvimento harmônico de suas potencialidades psíquicas. Outras observações relevantes abordarão as competências lingüísticas a ser adquiridas na Escola, levando em conta texto, mensagem e destinatário em um contexto novo e moderno, em que os meios de comunicação possuem um papel preponderante, marcando o contraste entre uma realidade mutável e mutante, e uma escola anacrônica, atrelada a parâmetros fixos e superados.

Como veremos, as considerações de Lo Cascio fazem, mais uma vez, o ponto sobre a importância da aquisição e uso da língua materna para o desenvolvimento psicofísico do indivíduo, para a sua adesão social, para o fortalecimento individual e para a instrumentalização na luta social que ele enfrentará durante toda a sua vida, fora da Escola. Sabendo que a atitude que se tem em relação à língua materna comporta uma escolha política, justifica-se a necessidade e a urgência de um posicionamento coerente do educador, de uma revisão e de um repensamento das teorias didáticas e da consequente práxis destinada a promover a educação lingüística na sua acepção

mais abrangente. Para tanto é imprescindível, conforme Lo Cascio, definir qual a situação escolar atual e formular explícita e detalhadamente os objetivos que a educação lingüística deve propor-se.

Um dos maiores problemas é que a Escola parece esquecer ou não levar em conta que a competência da criança é fruto de estímulos e de experiências que advêm de sua própria comunidade, sendo que nesse processo formativo interagem concomitantemente o desenvolvimento psicológico, os processos cognitivos, as estruturas sociais e a própria atividade lingüística. Entretanto, ao chegar à Escola, apesar de sua bagagem, de seu modelo lingüístico pessoal, a criança deverá habituar-se a um novo modelo, considerado melhor ou até o único aceitável e que, por outro lado, se revelará um selecionador social. E toda essa substituição de modelos ocorre, alerta o autor, quando de uma fase delicada do desenvolvimento infantil, quando a criança ainda não possui competência suficiente para codificar e decodificar "toda e qualquer mensagem". Como consequência, o modelo a ser adquirido (sem um critério ou uma justificativa clara por parte da Escola) poderá produzir males irreparáveis.

Mesmo admitindo que o nível padrão-culto seja uma necessidade "nacional e social", a pergunta é: Como acontece essa substituição? Ao negar a validade do repertório prévio da criança, a Escola tentará desenvolver a competência gráfica receptiva (leitura), tendo em vista a decodificação, a expressão e a avaliação de textos. Mas quais são os textos e quais as técnicas empregadas? Mesmo em relação às demais habilidades (vide competência gráfica produtiva e competência gramatical), o aprendizado ocorre antes que o aprendiz conheça o uso de tais modalidades. Posto que o aprendizado da linguagem e o posterior incremento acontecem em boa parte fora da Escola, casual e descontroladamente, ocorre que o aprendiz, ao sair da Escola, conhece, de fato, as regras do padrão culto, mas desconhece o seu uso funcional, isto é, possui o instrumento, mas não sabe utilizá-lo. Essas considerações, com efeito, assentam sobre uma realidade que pode e deve mudar. A partir do pressuposto de que a língua não é uma abstração, mas é parte da experiência prévia do falante, a Escola não pode recusar a validade dessa experiência, por se tratar de uma contribuição pessoal do falante que, mesmo sincronizada com outros elementos da sua mesma comunidade, conserva características próprias. O papel da Escola seria, pois, o de optar pelo respeito à expressão individual, que é fruto da integração das diversas competências adquiridas pelo falante, e não forçar uma adequação apriorística e obrigatória.

Somente assim a língua nacional ou língua-mãe (segundo nomenclatura de Lo Cascio), ou seja, o código resultante da soma da língua individual de todos os falantes de uma mesma comunidade lingüística em nível de nação, passa a ser uma espécie de "Koiné" da atividade expressiva dos usuários, sem discriminação socioeconômica ou geoétnica. Papel da Escola é a formação da competência da língua-mãe, através da expansão e extensão da língua individual e materna (entendida aqui como língua inicial, como expressão de vivências individuais), partindo do reconhecimento e do respeito pelas experiências individuais de cada falante da comunidade. Mais importante ainda, cabe à Escola fazer com que essa competência permita ao falante penetrar o próprio mundo, dele participar, comunicar esse mundo, ao invés de ausentar-se dele pela incapacidade de expressão.

Após essas considerações de ordem geral, Lo Cascio nos coloca frente a reflexões sobre a didática da educação lingüística que deve partir da análise e do reconhecimento do contexto em que o aprendiz atua, para explicitar os objetivos, os objetos, os instrumentos e as estratégias didáticas adequadas, com uma avaliação permanente dos resultados e com um retorno ao começo, quando necessário, evitando assim atitudes apriorísticas que são podem levar ao fracasso.

Sabe-se que na idade em que a criança chega à Escola a sua bagagem lexical é limitada, sendo mais nominal que relacional, daí a premência de estabelecer alguns pontos importantes, antes de decidir qualquer tipo de didática. Para isso é de suma importância verificar de antemão a receptividade e a produtividade do aprendiz, qual o tipo de experiência humana e social ele traz consigo; "se" e "como" o seu modelo e o modelo-padrão da escola são diferentes. Não basta que a Escola ensine as habilidades de codificação e decodificação, mas que ensine também a captar "os implícitos do enunciado" e a utilizar a forma mais eficaz para a sua mensagem. São assim teremos alcançado que o aprendiz domine tanto a compreensão como a produção.

Em face dessas realidades, cabe também à Escola atenuar as diferenças sociais oriundas de deficiências lingüísticas, respeitando essa cultura individual, esse repertório pessoal. Sabemos que as diferenças sociais e as discriminações irão continuar fora da Escola, diz Lo Cascio, mas no âmbito escolar elas não deverão estar presentes e muito menos servir de critério seletivo. Agindo desta forma, a Escola promoverá também o desenvolvimento e o conseqüente equilíbrio psíquico e intelectual do aprendiz.

O autor faz aqui uma outra importante reflexão: se-

rã suficiente conhecer os mecanismos que regulam o funcionamento de uma língua, se esses conhecimentos não forem canalizados para a educação lingüística na sua real acepção? Entendendo educação lingüística como competência, uso e execução, o autor passa a definir competência e performance a partir de um falante "real" e não "ideal", sendo necessário, neste momento, verificar se os modelos propostos pela Escola espelham, de fato, o efetivo processo que permite ao falante apropriar-se das generalizações, para depois efetuar, ele mesmo, outras generalizações; verificar se de fato ocorre a verbalização do mundo cognitivo do falante e estudar que outros fatos lingüísticos e regras devam ser considerados elementos da competência.

Mencionando Halliday, Lo Cascio nos faz lembrar todas as potencialidades que nos permite a atividade lingüística: falar de nós mesmos, de nossas experiências; criar realidades e mundos novos; descobrir o mundo circundante; estabelecer relações com outros falantes; obter algo, convencer o interlocutor ou, ainda, expressar o papel social por nós interpretado, sendo que em todos esses casos qualquer falante precisa recorrer à situação, ao contexto, levando em conta informações já conhecidas ou novas. Na verdade, todas essas funções se interpenetram e convivem cada vez que se produz linguagem. Há porém, em alguns casos, o predomínio de uma função sobre as demais. Portanto, se é verdadeiro que um conjunto de regras finitas gera estruturas infinitas, regras e estruturas derivadas em nível de execução devem levar em conta as funções específicas que os fatos lingüísticos envolvem e desenvolvem.

Com relação à competência, Lo Cascio distingue dois tipos: a) a competência da decodificação, ou receptiva, e b) a competência da produção, ou ativa, e dá prioridade à competência verbal e oral, por considerá-la a base para a aquisição optimal de quase todas as demais competências lingüísticas. Isto deve, porém, ocorrer de forma "corretiva e cibernética", ou seja, a ação docente deve ser a de estimular, mas também de corrigir de forma programada, entendendo aqui correção como eficácia da mensagem e não apenas como gramaticalidade.

Posto que a aquisição das competências lingüísticas ocorre a partir de componentes didáticos específicos e diversificados, convém analisá-los em separado.

a) Competência auditiva. Ao ouvir uma seqüência lingüística, o ouvinte é levado a decodificá-la, concentrando sua atenção sobre o que interessa, sobre aquela informação que ele deseja

receber. De fato, há uma seleção que nós operamos nas mensagens que recebemos e que se caracteriza pelo empenho prático e contingente que nos motiva, naquele momento, a escutar aquela mensagem. Em segundo lugar, essa seleção se caracteriza pelas nossas predisposições naturais em perceber aqueles conteúdos que melhor se adaptam e se interligam, por natureza ou interesse, ao gráfico dos conteúdos que já possuímos. A escolha e a quantidade de informações que retiramos por meio da audição são ditadas por uma necessidade prática e por um interesse natural. Isso explica por que, quando ouvimos um discurso ou uma palestra, prestamos atenção, acompanhamos parcialmente o palestrante ou simplesmente deixamos de ouvi-lo. Certamente o nosso comportamento será diferente se "queremos" intervir ou se "temos" que intervir no discurso proferido.

Essas considerações levam à necessidade de optar por uma estratégia de audição que será adotada pelo ouvinte, segundo seus interesses. Exemplificando, a quantidade e o tipo de informações retiradas de determinada audição serão diferentes, dependendo do tipo de ouvinte.

Outra forma de ensinar a ouvir é motivar, a fim de retirar as informações que interessam ou inferir informações programadas de antemão. Por exemplo, definir a posição do falante, distinguir informações principais de secundárias; avaliar a credibilidade do falante, compreender o significado profundo da mensagem, o implícito do enunciado, a ideologia que está além do universo dos signos. A estratégia da audição mostra aqui todo o seu potencial, e os currículos escolares deveriam prever o desenvolvimento da competência auditiva, reservando um espaço para tal atividade.

b) Habilidade da leitura. Sabemos que a leitura constitui uma das fontes mais frequentes da mensagem escrita e sabemos que a habilidade da leitura está ligada ao desenvolvimento lingüístico do aprendiz, por essa razão a motivação para a leitura continua sendo um ponto de fundamental importância. Em se tratando de um texto de interesse para o leitor, certamente a atenção será muito maior, mas não podemos esquecer, alerta Lo Cascio, que a leitura está hoje integrada ao grande rol dos meios de comunicação social, razão pela qual se impõe, também neste campo, uma estratégia aperfeiçoada que permita o desenvolvimento de diversas capacidades, tais como a compreensão da mensagem em sua totalidade, superficial e profunda; daí ser necessário escolher o método de leitura apropriado, tendo em vista as finalidades que subjazem à leitura do texto. Para tanto, seria oportuno orientar a leitura tanto

para a percepção do assunto como para a estrutura do texto, para o destinatário do texto e para a finalidade do próprio texto; orientar a leitura para o resumo de sua mensagem básica e superficial; orientar a leitura com finalidade pedagógica, ou seja, para o juízo de valores, propiciando o surgimento do espírito crítico.

c) Competência gramatical. A gramática representa outro ponto nevrálgico e, posto que é preciso partir do modelo lingüístico do aprendiz e do respeito a este modelo, é também necessário apresentar exemplificações dos modelos usados por outros falantes da sua comunidade lingüística, a fim de que os mesmos venham a enriquecer a competência receptiva e produtiva. Alguns docentes preferirão trazer como exemplo o nível culto ou padrão, muitas vezes utilizando exemplos de grandes autores cuja linguagem parece arcaica e pouco interessante para o falante moderno. Obviamente os meios de comunicação apresentam um modelo mais amplo e nem sempre de nível culto ou padrão, mas não podemos esquecer, como foi anteriormente observado, que os meios de comunicação estão interligados de forma muito marcante com o sistema social e, portanto, com o sistema educativo. Quanto ao desenvolvimento da competência gramatical, o autor sugere ainda o emprego da análise contrastiva que, embora mais empregada para o ensino de língua estrangeira, pode tornar-se um válido recurso didático. Como exemplo, exercícios de expansão, substituição, transformação, seja negativa, coordenativa ou subordinativa. O importante é que as modalidades sejam estruturadas de modo a enfrentar um problema de cada vez e que permitam uma única resposta, assim como ocorre no ensino de língua estrangeira. Embora neste caso os objetivos e os meios sejam diversos, a metodologia não se opõe ao ensino de língua materna, antes, o complementa.

O grande problema da Escola é que a mesma desenvolveu quase sempre uma gramática descritiva que, formulando a regra, a coloca como norma de uso. Faltou, quase sempre, um tipo de gramática que se preocupasse em ensinar formas e construções antes de descrevê-las. Este tipo de gramática pedagógica tem por objetivo fornecer a competência, desenvolvê-la e expandi-la segundo o critério de uma frequência e de uma adesão à realidade sociolingüística do próprio discente. A regra, com efeito, deveria ser vista e considerada como resumo de comportamento lingüístico. Se partirmos do pressuposto de que uma gramática pedagógica pode servir a desenvolver habilidades de competência, mas também a desenvolver o pensamento, uma didática específica para a gramática deveria ser adotada, uma didática que levasse em conta, por exemplo, as

seqüências lógicas de causa-efeito e não o oposto.

d) Competência da escrita. Finalizando, Lo Cascio analisa a escrita e enfatiza que esta habilidade deve ser desenvolvida posteriormente à habilidade verbal, embora seja importante ensinar a traduzir os sons em sinais gráficos desde o início do aprendizado. O mais importante é que a escrita seja utilizada com finalidade expressiva e comunicativa. O fato é que a escola tradicional não se preocupa em ensinar a transformar graficamente os dados que o aprendiz deseja, ou precisa fixar. Pelo contrário, ela se concentra em exercícios de falsa retórica para tratar de assuntos destituídos de qualquer utilidade ou atualidade. Muito raramente o professor enfrenta (ou sabe enfrentar) o problema de como produzir um texto, de como recolher material de informação, de como avaliar a utilidade do material recolhido, de como definir o destinatário da mensagem escrita; qual a linguagem a ser utilizada para alcançar o destinatário e qual a estratégia a ser adotada na argumentação. Resguardadas algumas exceções, quem já aprendeu, na escola de primeiro ou segundo grau, a elaborar uma ata, um artigo para o jornal, um relatório sobre uma pesquisa, um projeto de trabalho, um texto publicitário, etc.? Quem já aprendeu a escrever um texto para a dona de casa, para profissionais, operários, comerciantes, adolescentes, etc., pergunta Lo Cascio. Entretanto essas são as realidades diante das quais o discente se encontrará fora da Escola.

Na grande maioria dos casos, o exercício da escrita tem por objetivo tão somente o desenvolvimento da prática da gramaticalidade e, na verdade, quase sempre o destinatário do texto escolar é o professor, razão pela qual o nível empregado é sempre o mesmo. É preciso que se definam os objetivos do exercício escrito antes de realizá-lo; decidir qual o provável destinatário e o seu repertório, pois obviamente ninguém escreve da mesma maneira para uma criança, um professor, ou para o diretor da escola. Não há aqui, o intuito de reforçar distinções sociais, mas de fornecer instrumentos para uma comunicação nos mais diferentes níveis, diz Lo Cascio. Considerando o tipo de texto escolhido, deverá decidir-se o nível a ser adotado e o conseqüente estilo. Ao escrever um artigo para o jornal, uma carta, uma ata ou um panfleto publicitário, será possível praticar ora o estilo polêmico, ora o estilo persuasivo, ora o estilo com função meramente informativa. Seja qual for o tipo de exercitação, é necessário, porém, que a mesma seja o mais possível interessante para o aprendiz, além de adequada e plausível.

Parece banal afirmar, hoje, que a língua materna,

no âmago de muitas comunidades sociais, sofreu transformações quanto à sua natureza e funções. A linguagem parece ter deixado de lado o seu papel de manifestação estética, perdeu-se a noção de uma certa retórica pedante e anacrônica, surgindo, em seu lugar, outra forma de expressão mais eficiente e sobretudo mais essencial. Consciente das funções que a linguagem pode assumir e sensível às estruturas socioeconômicas em que ela opera, atenta ao destinatário a quem se dirige, a linguagem sensibilizou-se também à nova situação de estar integrada a outros sistemas semiológicos, particularmente audiovisuais, ao mesmo tempo em que o número de seus usuários aumentou grandemente, bem como a sua frequência de uso, graças ao desenvolvimento dos sistemas de comunicação. Parece que nos comunicamos mais, mas nem por isso nos comunicamos melhor. Por outro lado, a Educação manteve estruturas tradicionais ou superadas, modificando-se apenas na superfície e deixando de consolidar o eixo que sustenta as teorias lingüísticas, a realidade lingüística e a prática educativa.

Estas, em resumo, as claras e documentadas considerações de Lo Cascio sobre a formação das competências lingüísticas e sobre o papel da Escola neste delicado e importante argumento. Desconhecer esses fatos e pautar o ensino de língua materna por uma práxis tradicionalista e fora da realidade dos tempos poderá nos conduzir a uma crise da linguagem sem perspectiva. A Era da Comunicação, paradoxalmente, parece ter produzido a crise da palavra e, portanto da comunicação lingüística, a mais completa e a mais rica forma de expressão, de relacionamento e de crescimento de que o ser humano dispõe. Nos anos mais fecundos do desenvolvimento de teorias e metodologias de análise, que descortinaram a natureza de língua e linguagem, propiciando avanços enormes no campo do pensamento lingüístico, o ensino de língua materna permaneceu no seu isolacionismo, impedindo ou reduzindo a educação lingüística considerada em sua plenitude.

Este problema, como podemos observar, não é somente nosso. Na verdade, a questão da língua, que tantos debates suscita, possui implicações de ordem teórica, ideológica e educacional que transcendem os estreitos limites comunitários e geográficos: ela é uma questão ampla e geral e, embora o trabalho de Lo Cascio se reporte à problemática da escola italiana e a uma realidade lingüística e social muito diferente da nossa (onde convivem dialetos e falares regionais), ele reflete uma situação de crise que encontra pontos de contato sentidos por quantos atuam na didática da língua materna. Justifica-se, portanto, voltar a discutir o que parece óbvio e desgastado, a partir de um prisma que não é o nosso, mas

que com o nosso se identifica. Vale a pena comparar os problemas, ver o que eles têm em comum, para que se busquem e se produzam mudanças tão profundas quanto necessárias; tão urgentes quanto impossíveis de ser adiadas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

LO CASCIO, Vincenzo et alii. Prospettive sulla lingua madre. Sviluppo e Educazione. Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma, 1978.
